



Universidade de Brasília
Curso de Gestão de Políticas Públicas

Jéssica Borges Silva Rocha

A valorização da cultura popular no Distrito Federal por meio dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador

Brasília – DF

2018

Jéssica Borges Silva Rocha

A valorização da cultura popular no Distrito Federal por meio dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador

Relatório de Pesquisa a ser apresentado como trabalho de conclusão da disciplina “Residência para Políticas Públicas”.

Prof. Orientadora: Dra. Suylan de Almeida Midlej e Silva

Brasília – DF

2018

A minha família, em especial as minhas matriarcas. Eu sei que foi muita luta para nós, chegar onde cheguei.

Agradeço a minha família, em especial as matriarcas Eva, Sebastiana, Edna e Marisbela e meu querido irmão Jú (in memoriam), pois elxs me ajudaram e me incentivaram a cursar uma universidade e a seguir meu caminho.

Agradeço as minhas amigas (os), em especial minha amiga Marina, por ter sido tão boa companhia e me entendido quando precisei.

Agradeço as minhas professoras (es), em especial à professora Suylan, obrigada por não desistir de mim e por acreditar em seus alunos.

Agradeço também a vida, pois sei das lutas e crises que enfrentei nestes anos. E no final sei que o melhor que estou levando, não é meu diploma, mas a mulher que me tornei ao longo desse tempo.

Resumo

A pesquisa aborda a Política Nacional de Cultura Viva, com objetivo de averiguar de que forma os instrumentos de gestão e ações do ponto de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador contribuem para a preservação e valorização da cultura popular no Distrito Federal. Foram investigados quais instrumentos e ações são aplicados nos pontos de cultura e qual a influência da Política Nacional de Cultura Viva na implementação dessas ações. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos foram realizados por meio da observação participante, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que, mesmo sem o amparo da Política Nacional de Cultura Viva, os pontos de cultura seguem realizando o trabalho de cultura de base, exercendo a função social e cultural de prover o acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, a partir da visibilidade e valorização da diversidade cultural brasileira, em nível regional.

Palavras-chave: Pontos de Cultura. Política Nacional de Cultura Viva. Políticas Culturais de base, Cultura Popular. Gestão Compartilhada.

SUMÁRIO

1 Introdução	7
2 Referencial teórico.....	13
2.1 Cultura e Cultura Popular: conceituação e dimensão.....	13
2.2 Políticas Culturais	17
2.3 Instrumentos de gestão	25
3 Procedimentos metodológicos.....	29
4 Diagnóstico da Política Pública.....	33
5 Considerações Finais.....	45
6 Referências.....	50
Apêndices.....	53

1 Introdução

Falar de políticas públicas culturais no Brasil é um desafio, principalmente quando se pretende estudar cultura popular, uma vez que desde a criação das primeiras políticas voltadas para cultura tem havido um caráter marcado por medidas tardias, autoritarismo, descontinuidade, paradoxos, desatenção, impasses e desafios. (RUBIM, 2007, p.11)

As políticas culturais por permanecerem por muito tempo sob um viés de desatenção e desvalorização, quando entravam para a agenda política, eram voltadas para o incentivo principalmente comercial. A cultura dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas e a cultura popular por muito tempo não obteve muito incentivo do Estado.

Depois de muita pressão popular, dos povos tradicionais e daqueles que apoiam suas causas, que foi admitida pelo Estado a necessidade de se criar políticas públicas voltadas para uma cultura de base, em que as diversas manifestações culturais brasileiras fossem reconhecidas e incentivadas.

A Política Nacional de Cultura Viva foi criada em 2004 com o Programa Cultura Viva, por meio de duas portarias, a portaria nº 156, de 06 de julho de 2004 e a portaria nº 82, de 18 de maio de 2005. O programa foi proposto durante a gestão do ministro da cultura, Gilberto Gil, que convidou Célio Turino para desenvolvê-lo na Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

Tendo em vista os objetivos da Política Nacional de Cultura Viva de garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, a partir da visibilidade e valorização da diversidade cultural brasileira, esta pesquisa teve como objetivo geral averiguar de que forma os instrumentos de gestão dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador têm contribuído para a preservação e valorização da cultura popular do Distrito Federal.

É necessário considerar como foi o processo construção de uma política pública bottom-up, ou seja, de uma política construída de baixo para cima, identificando quais são os instrumentos de gestão utilizados para ver se estes têm contribuído para a valorização da cultura popular no Distrito Federal.

O programa foi desenvolvido no intuito de buscar uma democratização da cultura no país, que até então era pensado sob esse viés antropológico e democrático. O Cultura Viva marca o início de uma preocupação pelos formuladores de políticas públicas, em formular uma política planejada em parceria com a população, fazendo um processo de escuta da população e dos mestres de cultura.

A principal ação estruturante da Lei Cultura Viva é a fomentação dos Pontos e Pontões de Cultura, que são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem atividades culturais em suas comunidades. Esses grupos culturais já são autônomos e exercem a cultura como forma de sustento, e para muitos são sua única forma de manutenção da vida.

Sendo assim, esses pontos de cultura que já exerciam sua função social como pontos de cultura, passam agora a ser reconhecidos, certificados ou fomentados pelo Ministério da Cultura. Os pontões de Cultura possuem um diferencial, pois são entidades de finalidade cultural e/ou educativa que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais restabelecendo o papel de mediador das redes culturais regionais, temáticas e identitárias de Pontos de Cultura e grupos culturais diversos, promovendo ações de mobilização, troca de experiências e articulação entre os diferentes Pontos de Cultura que poderão se agrupar em nível estadual, regional ou por áreas temáticas, visando à capacitação e o mapeamento de ações conjuntas.

Em 10 anos do Programa Cultura Viva foi fomentado cerca de 4.573 Pontos de Cultura em todo o Brasil, presente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de cerca de mil municípios, promovendo os mais diversos segmentos da cultura. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018)

Ao perceber essa carência no Brasil por esse tipo de política *bottom-up*, e a marca do caráter tardio em reconhecer, preservar e valorizar a cultura popular, que graças aos movimentos sociais/culturais e das pressões históricas exercidas pela população para reconhecimento e visibilidade de suas culturas, começaram então uma adequação da comunicação entre a institucionalização do Estado com o saber popular e suas demandas políticas.

Um dos primeiros desafios encontrados na implementação da política foi a dificuldade que os pontos e pontões de cultura tinham para fazer a prestação de contas dos recursos recebidos, que segundo eles, tinha que ser extremamente detalhada.

Houve pressões exercidas pelos pontos de cultura durante as reuniões nacionais de pontos de cultura e uma demanda da necessidade de uma prestação de contas menos burocrática.

Sendo assim, no dia 22 de julho de 2014, através da Lei 13.018, o Programa Cultura Viva foi regulamentado e instituído como a Política Nacional de Cultura Viva, simplificando e desburocratizando os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil.

Dentro deste contexto, uma das metas da então Política Nacional de Cultura Viva é a fomentação de mais de 10.500 pontos de cultura para atingir a meta de 15.000 pontos em funcionamento no país até 2020, especificamente fomentados pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e acompanhados pelas secretarias estaduais e municipais.

Essas metas propostas estão em conformidade com a Política Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que tem por finalidade orientar o planejamento e implementação de políticas públicas culturais de longo prazo (até 2020), possuindo como objetivos, o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão.

Segundo Turino (2009), os pilares da construção da Política Nacional de Cultura Viva são a participação social e a gestão compartilhada dentro de uma política que visa uma ação de base comunitária no intuito de causar uma transformação social, buscando uma cultura emancipatória no sentido de incentivar a autonomia de decisão, o protagonismo e o empoderamento como fatores primordiais quando se busca uma maior democratização.

No lugar de impor uma programação cultural ou impor políticas que não fizeram o processo de escuta dos grupos culturais populares para saber suas demandas e seus limites, na Lei Cultura Viva houve essa preocupação com o processo de escuta em sua formulação, não só para saber o que os grupos culturais querem, mas como querem. Como Celio Turino (2009) apresenta em seu livro:

A aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os pontos de cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre o Estado e a sociedade. No

lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam) perguntamos como querem. Em vez de entender a cultura como um produto, ela é reconhecida como processo. Invertemos a forma de abordagem dos grupos sociais e o Ministério da Cultura disse quanto podia oferecer e os proponentes definiam, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicariam os recursos. Em algumas propostas o investimento maior vai para a adequação física do espaço, em outras, para a compra de equipamentos ou, como a maioria, para a realização de oficinas e atividades continuadas. O único elemento comum a todos é o estúdio multimídia, que permite gravar músicas, produzir audiovisual e colocar toda a produção na internet. (TURINO, 2009, p.63)

Atualmente, a PNCV atende a iniciativas dos mais diversos segmentos da cultura: cultura de base comunitária, com ampla incidência no segmento da juventude, Pontos de Cultura Indígenas, Quilombolas, de Matriz Africana, a produção cultural urbana, a cultura popular, abrangendo todos os tipos de linguagem artística e culturais.

Os avanços na construção das políticas públicas culturais no Brasil com viés democrático são significativos com a implementação da Política Nacional de Cultura Viva, porém é importante ressaltar que esse viés não é unilateral, na verdade é marcado por diversas contradições em termos de gestão e conflitos ideológicos que perpassam o Ministério da Cultura e o diálogo com a sociedade civil. Como esclarece Tereza Ventura (2005):

A relação entre cultura e representação política tem sido objeto de redefinição e debate nas políticas públicas contemporâneas. Governos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, setor privado e agências multilaterais de desenvolvimento estão em coalizão no sentido de implementar políticas de empoderamento comunitário[...]. As políticas culturais voltadas para a preservação cultural das minorias não alcançaram estabilidade institucional e enfrentam a desregulação crescente e o avanço do mercado globalizado que se respalda na racionalidade econômica da busca de mercados alternativos para formas de produtividade local. (VENTURA, 2005, p. 1)

Sendo assim, é preciso colocar em prática o quinto item do ciclo de vida das políticas públicas, a avaliação, pois com a avaliação da política é possível redesenhar e reformular a política sempre que necessário.

Tendo em vista os desafios que ainda se enfrentam para implementar políticas públicas, segundo Ventura (2005), as políticas públicas culturais ainda não encontraram essa

estabilidade institucional, principalmente quando se fala de uma cultura pensada pela e para a base comunitária.

Tendo em vista que os objetivos da Política Nacional de Cultura Viva visam garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, a partir da visibilidade e valorização da diversidade cultural brasileira, esta pesquisa pretende verificar como tem sido a valorização da cultura popular no Distrito Federal por meio dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador.

Geral:

Averiguar de que forma os instrumentos de gestão dos pontões de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador têm contribuído para a preservação e valorização da cultura popular do Distrito Federal.

Específicos:

- Identificar quais os instrumentos de gestão e as ações realizadas pelos Pontos de Cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador.
- Averiguar se os principais instrumentos de gestão utilizados pelos Pontos de Cultura em estudo têm sido eficazes para a realização das ações.
- Investigar se os Pontos de Cultura em estudo têm garantido a preservação e a valorização da cultura popular.
- Verificar qual a influência da Política Nacional Cultura Viva na implementação dessas ações culturais

2 Referencial teórico

O referencial teórico pretende fazer uma revisão do conceito de cultura e seu reflexo na sociedade brasileira e nas manifestações culturais. Dentro deste tema, será delimitado o conceito de cultura popular. Essas delimitações conceituais são essenciais para o diálogo entre a pergunta norteadora e a interpretação dos resultados da pesquisa.

Esta seção está subdividida em quatro subseções, na primeira será abordado, como já dito, o conceito geral de cultura, cultura popular e fazer um levantamento dos efeitos na sociedade atual, levando em consideração os reflexos da globalização.

Na segunda subseção discute-se políticas culturais no Brasil, em que se inicia com uma conceituação do que é políticas públicas e conclui com uma contextualização histórica das políticas culturais até a criação da Política Nacional Cultura Viva em 2004.

E, por fim, na terceira subseção será abordada a conceituação de instrumentos de gestão utilizados no ciclo de vida das políticas públicas, sendo este item fundamental quando se diz em formular e implementar políticas, principalmente quando se fala em uma política *bottom-up*, ou seja, construída de baixo para cima, onde a população participa do processo de formulação da política.

2.1 Cultura e Cultura Popular

A Cultura é vista como um fator definitivo de influência na organização da sociedade. Peter Burke (1989) revela que até o século XVIII, o termo cultura referia-se mais à arte, literatura e música, " seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante." (BURKE, 1989, p.25).

É importante ressaltar que a cultura não é unânime, não é homogênea, na verdade é bastante pluralista e diversificada, a cultura se dá de forma regional e com ampla diversidade, pois todos os povos possuem uma cultura. O antropólogo Néstor Canclíni, define cultura como:

Produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. (CANCLÍNI, 1971, p.29).

A cultura segundo o seu mais simples significado é a transmissão de conhecimentos, através de palavras, gestos, costumes, ritos, histórias, ideologias, tradições, e suas mais diversas manifestações de um povo: dança, música, literatura, folclore, arte e técnicas¹.

A primeira definição que foi formulada do ponto de vista antropológico foi proposto por Edward Tylor (1871, p. 31) no vocábulo inglês *Culture* em que destaca, "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membros de uma sociedade. "

Seguindo a mesma linha de uma conceituação de cultura no viés antropológico, Alfred Kroeber (1917), exemplifica no seu artigo "O superorgânico", como a cultura atua sobre o humano. Uma das heranças de Kroeber para o conceito da cultura é que a cultura se baseia em um processo acumulativo. Isso se evidencia, quando Roque de Barros Laraia (1986) antropólogo brasileiro, define uma das contribuições de Kroeber para os estudos sobre a cultura:

Como já era do conhecimento da humanidade, desde o Iluminismo, é este o processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não importa o termo), que determina o seu comportamento e sua capacidade artística ou profissional. A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo. (LARAIA, 1986, p. 50)

Dentro dessas conceituações, Laraia (1986) cita alguns autores da Antropologia Moderna, que possuem uma corrente de pensamento neoevolucionista, autores como Roger Keesing, Leslie White, Shalins, Carneiro, entre outros, que apesar de terem alguns pontos de defesa divergentes, há um consenso que Laraia (1986) destaca em sua obra:

¹ Técnica: Prática; conjunto dos processos para se praticar algo, relativo ao ensino prático, profissional ou tecnológico (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2018)

Culturas são sistêmicas (de padrão de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas e assim por diante. (LARAIA, 1986, p. 59)

Sobre a cultura, para a Laraia e Kroeber e outros autores já citados, a cultura é o fator principal que nos diferencia dos primatas e outros animais. Laraia, por sua vez, busca enfatizar quais são os efeitos que essa cultura tem sobre determinada sociedade. Ele ainda revela que a cultura define a lente pela qual o ser verá o mundo, e também definirá seu estilo de vida.

Para isso, ele cita Ruth Benedict (1946), em que defende que as lentes culturais, produzidas devido a cultura em que estamos inseridos de acordo com a regionalização, são lentes diferentes que produzem pensamentos e visões distintas.

Usando como referência o exemplo da Ruth Benedict (1946), em que, Roque Laraia (1986), cita utilizando a floresta amazônica, para demonstrar as diferentes visões entre o humano endoculturado de uma visão colonialista e exploratória, este pode enxergar na floresta, apenas um amontoado de árvores sem ter alguma relação ou afeto com o ambiente. Já o humano de uma cultura indígena, em que enxerga no mesmo ambiente, a floresta amazônica, como um lugar sagrado, reconhecendo as árvores, sabendo suas propriedades medicinais e mais, enxergando a Floresta como um ser, não separado da sua comunidade, mas como a própria manifestação do divino. Como é explicitado por ele em seu texto:

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, descriminamos o comportamento desviante. Até recentemente, por exemplo, um homossexual corria risco de agressões físicas quando era identificado numa via pública e ainda é objeto de termos depreciativos. Tal fato representa um tipo de comportamento padronizado por um sistema cultural. O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (LARAIA, 1986, p. 67 e 68)

Transitando para o outro campo de conceito dentro da Cultura, será abordado a conceituação da Cultura Popular, fazendo um paralelo entre a Cultura Hegemônica e a Cultura Popular, e, por fim, pontuar, os efeitos da globalização sobre essa manifestação. A cultura popular é um campo mais difícil do que abordar, do que a cultura como um campo amplo. Pois, quando se trata de cultura popular brasileira, estamos falando de um Brasil que foi escondido, e quando analisamos os movimentos de cultura popular e arte popular no país, o que se tem mais visibilidade é o conteúdo produzido pelas classes de elite.

Ruben George Oliven (1945), em sua obra "A antropologia e a Cultura Brasileira", discute as dinâmicas entre as produções culturais e as classes sociais. Por esta concepção, as culturas populares são, dentro desse contexto, as produções culturais feitas pela população, e dentro desta classe, estão todos trabalhadores. Manifestações de cultura que pertencem ao povo², de formas regionais, tradicionais e autônomas, passadas principalmente de forma geracional e transmitidas principalmente pela forma oral.

Manifestações que possuem em sua origem a junção das três matrizes culturais: africana, indígena e europeia. No território brasileiro essas matrizes se misturaram e criaram diversas manifestações culturais. Manifestações culturais como o maracatu, o samba, o coco de roda, o cavalo-marinho, o teatro de mamulengos, cantigas populares, brincadeiras populares e etc. Manifestações que vivem e pulsam pelas veias do país.

Sendo assim, Oliven (1982) exemplifica em sua obra os efeitos que a cultura hegemônica, a cultura das elites, colonialista e eurocentralizada, age em correspondência a cultura popular. O autor relembra do caso Juruma em que "um cacique xavante foi eleito como deputado federal, e em um discurso na Câmara dos deputados, ele pediu para falar sua língua xavante, falada aqui no território antes de ser chamado de Brasil pelos portugueses, e o pedido foi vetado pela Câmara". A respeito de fatos como esses, o autor acrescenta em sua obra:

O episódio Juruma, além de servir para dramatizar as questões das diferenças no Brasil, nos remete a uma reflexão sobre nossa identidade nacional e a dificuldade de se aceitar a diversidade cultural. [...] Assim, em

2 Povo, conjunto de pessoas que falam a mesma língua, tem costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns; conjunto de cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica. (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2001, p. 2.275)

certos momentos a nossa cultura é profundamente desvalorizada pelas nossas elites. Tomando-se, em seu lugar, a cultura europeia ou norte-americana como modelo. Como reação, em outros momentos, nota-se que certas manifestações de cultura popular passam a ser profundamente valorizadas, exaltando-se símbolos populares. (OLIVEN, 1982, p. 77)

Sendo assim, Aníbal Quijano (2005), aborda em sua obra " Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina ", em que logo na primeira página o autor fala dos efeitos da globalização sob a América Latina, em que usando fatos históricos explica o pensamento cultural e político prevalente neste território. Segue um trecho de sua obra:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão do poder hoje hegemônico. (QUIJANO, 2005, p. 117)

2.2 Políticas culturais

É necessário antes de se falar das políticas culturais, fazer uma breve conceituação sobre políticas públicas. Existem atualmente alguns conceitos de políticas públicas e eles vão se complementando entre si. Uma das definições é dos autores Lopes e Brenner (2008) sendo:

As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisão) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. (LOPES E BRENNER, 2008, p. 5)

Já Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer." A autora Celine Souza (2006) defende que "as políticas públicas repercutem na economia e na sociedade." chegando a citar que:

uma outra definição bastante conhecida é a de Leswell (1936) em que o autor introduziu a expressão *policy analysis* (análise de políticas públicas), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. As decisões e análises sobre as políticas públicas implicam em responder as seguintes perguntas: " Quem ganha o que? Para que? E que diferença faz? " (CELINE SOUZA, 2006, p. 5)

Sendo assim, a implementação de políticas públicas voltadas para área cultural no Brasil é algo recente, tendo em vista o contexto histórico do país. Albino Canelas Rubim (2007), caracteriza a história das políticas culturais do país, marcadas por expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.

Alguns autores como Márcio de Souza (2000), defendem que as políticas culturais começaram no período colonial, devido a uma postura ilustrada e mecenas que o imperador Dom Pedro II assumia em relação a cultura, no intuito de conseguir algum reconhecimento e prestígio da sociedade.

No entanto, como defende Rubim (2007), essa afirmação é um exagero, pelo fato das políticas culturais exigir intervenções conjuntas e sistêmicas, atores coletivos e metas. O que não se encontrava nesse período, caracterizado pelo eurocentrismo da família monarca portuguesa e a sua negação a cultura originária indígena e a cultura africana. Havia ordens para bloquear outras influências ocidentais, com medidas proibicionistas, como: proibição de instalação de imprensas, censura de livros e jornais vindos de fora do país, interdição do desenvolvimento educacional, etc.

Sendo assim, para o autor a inauguração das primeiras alterações desse contexto cultural veio nos anos 30 do século XX, marcado por contradições. No trecho de sua obra em que relembra a ditadura, o autor faz um apanhado desse momento histórico culturalmente falando. Em que se diz:

Pela primeira vez, o estado nacional realizava um conjunto de intervenções na área da cultura, que articulava uma atuação “negativa” – opressão, repressão

e censura próprias de qualquer ditadura (oliveira, veloso e gomes, 1982; veloso, 1987 e garcia, 1982) – com outra “afirmativa”, através de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura. O poderoso Departamento de Informação e Propaganda (DIP) é uma instituição singular nesta política cultural, pois conjuga como ninguém a face “negativa” (censura, etc.) e a “afirmativa” (produção de materiais em diferentes registros), buscando, simultaneamente, reprimir e cooptar o meio cultural, seus intelectuais, artistas e criadores. A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. (RUBIM, 2007, pg. 16)

Um momento ditatorial marcado pela criação de algumas instituições como: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). Destacando dentre estas, o SPHAN, como uma instituição emblemática que marcará o Brasil até os anos 1960.

Outra ação emblemática desse período foi a criação do Ministério da Educação e da Cultura, em 1953, entre outras realizações, como a intervenção rememorada, o Movimento de Cultura Popular, desencadeado primeiramente em Recife em 1960, na qual nesse período aparece Paulo Freire, com seu método pedagógico que influenciou a Educação e Cultura. Este movimento se expandiu para outros estados, até que em 1964, quando foi assumido pelo Governo Federal, ele foi bloqueado.

E que apesar do fato dos direitos culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente desde de 1948 na Declaração Universal de Direitos Humanos, no Brasil, os direitos culturais só foram reconhecidos, normatizado e garantido legalmente somente com a Constituição de 88, através dos artigos 215 e 216. Só a partir desse momento em que começa a se criar no Brasil a ideia de responsabilidade do Estado perante a cultura, no sentido de que é um direito para todos.

Sendo assim, a formação dos direitos culturais é composta por um processo de muita luta, em que muitos movimentos sociais se articularam para que tal conquista fosse feita, e muito desse processo tem um custo muito alto para a sociedade, e principalmente para os militantes das causas coletivas. Como exemplifica Rubim (2007):

De 1964 até 1968, a ditadura atinge principalmente os setores populares e militantes envolvidos com estes segmentos. Apesar da repressão e da censura, ainda não sistemática, acontecem manifestações políticas contra o regime, em especial aquelas dos setores médios, e existe todo um movimento cultural, uma espécie de floração tardia dos anos nacionais-populares anteriores, hegemonicamente de esquerda, mas com audiência circunscrita às classes médias, como assinalou Roberto Schwarz (1978). (RUBIM, 2007, pg.22)

Com a relativa derrota da ditadura nas eleições de 1974, este período aos poucos vai se distanciando do período anterior de extrema violência vivenciada neste país. É interessante perceber como é estrita a relação entre poder e políticas culturais no Brasil, e como as políticas culturais são instáveis, ora incentivadas e ora censuradas.

Neste período pós 74, acontece um fato inédito que foi a criação do primeiro Plano Nacional de Cultura (1975), e também é marcado pela criação de diversas instituições, algumas delas existentes até hoje como: Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976), Fundação Pró-Memória (1979).

Os desafios de uma preservação e valorização de uma cultura popular e de políticas culturais propostas pelo povo e para o povo, e não uma cultura voltada para auxiliar o mercado empresarial privado, são problemas enfrentados pelos brasileiros. Como evidencia Emir Sader (2009), no livro Ponto de Cultura, o Brasil de baixo para cima. Neste trecho o sociólogo explicita como se dava a implementação dos recursos destinados as políticas culturais no Brasil:

A retirada do Estado do fomento, da criação e do acesso à cultura deixou nas mãos dos empresários privados o poder de destinar os recursos – que deveriam pagar como impostos ao Estado – conforme seus critérios e conveniências[...]. Tudo financiado com impostos não pagos ao Estado para promover a imagem de empresas privadas. (SADER, 2009, pg. 7)

O que se pode perceber é que um direito, previsto constitucionalmente, que deveria incentivar a cultura nacional passou a ser usado como parte das estratégias de marketing das

empresas privadas, deixando a margem a grande maioria da população que não pode ter acesso a essas ações culturais promovidas pelas empresas.

Além de que o reconhecimento institucional, é um fator determinante na contribuição para a visibilidade, preservação e valorização dos mestres de cultura popular e de culturas tradicionais que até então estavam escondidas pelo Brasil, um direito que não pode ser considerado irrelevante para a agenda política do Estado.

Isso se evidencia quando analisamos a trajetória instável de criação e manutenção do Ministério da Cultura que foi criado em 1985 por meio do decreto nº 91.144, durante o governo Sarney, que, até então, como já dito, esta área era administrada junto ao Ministério da Educação, MEC.

Sendo assim, o atual MinC era responsável pelas letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional e pelo patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural do Brasil. Sobre esse momento de criação do Ministério, Rubim (2007) acrescenta que foi um marco fundamental no que tange as políticas públicas voltadas a cultura.

No governo Sarney, em 1986, foi criada a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a cultura: a chamada lei Sarney (Sarney, 2000).

A lei foi concebida em um momento de fragilidade institucional da área, ainda que, de modo ambíguo, o governo estivesse criando diversos órgãos em cultura, a exemplo do próprio ministério e de outros organismos, tais como: Secretarias de Apoio à Produção Cultural(1986); Fundação Nacional de Artes Cênicas (1987);Fundação

do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró-Leitura, reunindo a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (1987) e Fundação Palmares (1988).

A rigor, ela terminava por contrariar todo este esforço e investimento em novos organismos, pois introduzia uma ruptura radical com os modos, até então vigentes, de financiar a cultura. Em vez, de financiamento direto, agora o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal. (RUBIM, 2007,pg. 24)

No entanto, em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, o marco do início da interferência de ideais neoliberais na política brasileira, em que o atual presidente reduz o Ministério da Cultura a uma Secretaria da Cultura, vinculada diretamente ao

Executivo. E a lei Sarney é extinta, dando lugar a Lei Rouanet, até então vigente no atual governo.

Em contrapartida, em 1992, no governo de Itamar Franco, revogando esta decisão, o MinC voltou a ter autonomia pela lei 8.490. E em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, o MinC teve os seus recursos disponíveis ampliados e a estrutura reorganizada pela lei nº 9.649.

Finalmente, já em 2003, durante o governo Lula, o MinC foi reestruturado por meio do Decreto 4805, passando a possuir uma estrutura mais elaborada, sendo: o ministério subordinado a uma Secretaria Executiva com três diretorias, seis Representantes Regionais (nos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) e seis Secretarias: de Fomento a Incentivo a Cultura, Políticas Culturais, Cidadania Cultural, Audiovisual, Identidade e Diversidade Cultural e Articulação Institucional. E também neste período houve uma ampliação das Leis de Incentivo. E em 2004, o programa Cultura Viva, é criado, durante a gestão do ministro Gilberto Gil.

No entanto, em 2016, no segundo mandato da presidente Dilma, com o impeachment, e a atuação da gestão Michel Temer, em 12 de maio de 2016, o Ministério da Cultura é extinto com a medida provisória nº 726, que acaba sendo revogada depois.

2.3 Instrumentos de gestão

Tendo em vista o ciclo de vida das políticas públicas, que geralmente possuem cinco fases, a primeira sendo composta pela formação da agenda, quando acontece o processo de escuta da população para saber quais os desafios que estão sendo enfrentados pela sociedade civil e grupos de interesses, para então propor políticas públicas a fim de solucionar os desafios encontrados.

A segunda fase do ciclo de vida das políticas públicas é o processo de planejamento, onde busca verificar as possibilidades e alternativas que poderão nortear os planos de ações

do Estado frente aos desafios. A terceira fase é a tomada de decisão, é quando se opta por qual política utilizará, ou optará por uma não ação, que também é considerado uma política.

A quarta fase consiste na implementação da política, nesta fase irá se aplicar os instrumentos de gestão, este objeto de análise é fundamental quando falamos de políticas públicas, pois os instrumentos de gestão são os meios pelos quais a política irá ser executada, um fator decisivo quando se fala sobre uma política pública efetiva, eficaz e eficiente.

E, por fim, o processo de avaliação da política, essa parte do ciclo de política é de extrema importância, pois com a avaliação da política é possível verificar quais possíveis pontos a serem melhorados na política a fim de torná-la mais efetiva, eficaz e eficiente. E assim atingir o objetivo final da política pública. Entretanto, conforme Gary Brewer (1974) alerta, não há um ciclo de políticas públicas linear ou definido, podendo então este ciclo sofrer alterações conforme a necessidade imposta pelo governo.

Para Howlett e Ramesh (2013), existem cinco fases do ciclo de políticas públicas: formação de agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação. Na prática não são sequenciais ou obrigatórios em sua plenitude, concordando com o Gary Brewer (1974), tudo vai depender da situação política e econômica.

Sendo assim, quando se fala de uma formulação de uma política pública, é quando são selecionados os instrumentos de gestão que serão utilizados. Os instrumentos de gestão são os meios que auxiliam a implementação da política, a fim de gerar determinado resultado. A próxima fase, a de implementação da política, segundo Roncaratti (2008, p.38) conceitua: "a implementação de uma política pública consiste em planejar, estruturar a máquina pública e provisionar todos os insumos necessários a execução"

Por sua vez, os instrumentos de gestão consistem nas ferramentas que possibilitam a execução da política pública, serão os meios definidos para atingir a determinado objetivo, para se ter uma política eficiente, eficaz e efetiva. Nessa perspectiva pode-se afirmar que:

Partes constitutivas da dinâmica organizacional de todas e quaisquer instituições, de natureza pública ou privada. Mais especificamente de caráter público, defendemos que a utilização de instrumentos e mecanismos no desempenho das competências regimentalmente estabelecidas permite desencadear processos participativos e decisórios mais qualificados de gestão. (KLEBA, COMMERLATO E FROZZA, 2015, p. 1062)

Alguns exemplos de instrumentos de gestão são a Lei de Diretrizes e Bases para gastos públicos, Conselhos Nacionais, Assembleias Públicas e Consulta Pública que auxiliam o Estado no processo de democratização por meio das chamadas interfaces socioestatais, que funcionam como canais de comunicação entre a sociedade e o Estado. Há também instrumentos de gestão voltados para a transparência dos gastos públicos, que permitem qualquer cidadão fiscalizar os gastos do Estado.

(...) inclusive os mecanismos criados para a sua gestão, constitui-se em um grande esforço de consolidação da função planejamento na administração pública, e veio ao encontro do dispositivo constitucional que estabeleceu três instrumentos de planejamento: o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (Culau, 2004, p.13)

Os instrumentos são alterados de acordo com o campo da política, no caso das políticas culturais, pode-se classificar o Plano Nacional de Cultura como um dos principais instrumentos de gestão, pois nele está presente as metas e diretrizes para as políticas culturais até 2020. Em relação aos instrumentos de gestão culturais, como exemplifica Labrea e Silva (2017):

O uso de instrumentos tradicionais de ação da administração pública mudou do plano discricionário, isto é, das escolhas do gestor, para a estratégia de lançar chamadas públicas com comissões de avaliação de projetos. Os repasses passaram a ser feitos por editais e convênios com associações; também aqui é necessário ressaltar que se manteve espaço de escolha para o gestor nos projetos especiais. [...] Em seguida, foram feitos os repasses para estados, Distrito Federal e municípios, e, ao mesmo tempo, implementadas ações de fomento e formação por intermédio de bolsas e transferência de recursos para premiar e reconhecer pessoas, mestres, associações e práticas. (LABREA e SILVA, 2017, p. 23).

Sendo assim no campo da cultura, os instrumentos de gestão mais utilizados, segundo Labrea e Silva (2017), são as chamadas públicas, os editais, as agendas de atividades, os convênios, isenção de impostos, as premiações e bolsas, a rede de comunicação entre artistas

e profissionais culturais etc. Cada um desses instrumentos de gestão é utilizado para finalidades e públicos diferentes.

Em relação às Leis de Incentivo, como a FAC, portaria nº 253 e a MROSC, amparada pela Lei 13.019, estas acontecem através do intermédio de editais, sendo o instrumento de gestão que faz a seleção das entidades culturais aptas a receber os recursos, que o recebem através do convênio. No caso desta pesquisa, os instrumentos de gestão dos pontos de cultura analisados são variados e distintos entre si, apesar de tratarem da mesma ação política, o campo cultural. Os instrumentos de gestão são os facilitadores para que determinada atividade seja realizada. Nos pontos de cultura estudados são percebidos instrumentos que facilitam comunicação com a sociedade, instrumentos que possibilitam a divulgação das ações e o acesso a essas ações continuadas e pontuais.

Os métodos e técnicas de pesquisa utilizados na análise consiste em três procedimentos metodológicos, são eles a observação participante, a pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas com roteiro pré-definido, que serão discutidos de forma mais detalhada adiante.

A imersão da pesquisa começou em 13 de abril de 2018 e foi concluída em 31 de outubro de 2018, com a última entrevista realizada no ponto de cultura Casa do Cantador. Durante a imersão, foram elaborados cinco diários de campo.

Foram aplicadas entrevistas nas três instituições (SCDC e pontos de cultura), com roteiros pré-definidos de acordo com cada instituição. Os dados coletados são dados qualitativos em que respondem os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e transcritas para o diário na íntegra.

A Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, apesar de ter possibilitado uma pesquisa documental qualitativa para a pesquisa, notou-se a falta de dados quantitativos referentes à Política Nacional de Cultura Viva.

Houve uma ação de mapeação desses pontos de cultura realizadas através de tentativas via e-mail e telefone, que segundo a antiga plataforma da Lei Cultura Viva, se tinha um número de pontos de cultura maior em relação aos declarados na plataforma atual. A ação de mapear esses pontos consistiu na busca de contato com esses pontos de cultura, sendo realizadas seis tentativas, mas em apenas três houve um retorno.

Foi verificado que muitos pontos de cultura estavam em situações diferentes, alguns deixaram de existir, outros existiam apenas por um período de tempo, em uma ocasião do ano, alguns se reúnem apenas para sediar um evento em questão etc. Percebendo a diversidade de atuação nessa área e com o auxílio da atual plataforma de pontos de cultura, pode-se perceber que esse número está decrescendo.

A observação participante como metodologia é um método utilizado por diversas áreas de conhecimentos, como um dos modos de se colher dados referentes a uma determinada situação em que busca realizar a pesquisa. No campo das políticas públicas, que possuem um viés antropológico, Geertz (1989) define a observação participante como uma “descrição densa”, na qual se busca interpretar os diferentes significados acionados publicamente pelos

atores no contexto das ações que envolvem os programas e as políticas. Com isso, realiza-se uma interpretação da pesquisa.

Na perspectiva de Lejano (2012), a análise de políticas, baseada na problematização da noção de experiência da política, deve ser compreendida em seu cotidiano, na prática dos atores sociais envolvidos com ela, em seus contextos específicos.

Com base nessas noções de observação participante, a pesquisa se iniciou com a experiência pessoal da aluna em curso de teatro no ponto de cultura Invenção Brasileira. O curso abriu horizontes para compreender a relevância que as ações dos pontos de cultura tem na sociedade civil, principalmente para as classes que não podem pagar pelas aulas.

Levando em consideração que o acesso à cultura é um direito de todos, são relevantes as possíveis transformações sociais que esta causa, pelo aumento do bem-estar social e individual e a possibilidade de manutenção de uma cultura popular que é pouco visível em um sistema capitalista corporativista, que enxerga a cultura como moeda de troca. Durante o trabalho de campo, foi possível perceber as mudanças que um pequeno ponto de cultura em uma periferia causa, seja pela fomentação da cultura, por meio de aulas, rodas de conversa, promoção de eventos colaborativos etc. Mudanças que impactam no dia a dia das pessoas.

Essa carga vivenciada diretamente com os pontos de cultura foi registrada com a ajuda da observação participante, em que nesse contexto a vivência dialoga com os métodos de pesquisa científicos, em que nos diários de campo, se busca fazer um registro qualitativos dos objetivos da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas com roteiro pré-definido, aplicadas nas três instituições, sendo elas a SCDC e os pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do cantador possibilitaram responder três objetivos específicos, o 1º, o 2º e o 4º.

A pesquisa bibliográfica consiste na revisão bibliográfica exigida para se obter uma base de dados suficientes para responder ao objetivos da pesquisa, dentro desse contexto, foram analisados livros da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, sendo o principal “Programa Cultura Viva: Impactos e Transformações sociais”, editado pelo OPCULT. E o ponto de cultura Invenção Brasileira forneceu um livro fundamental para a realização da pesquisa, "Ponto de Cultura, o Brasil de baixo para cima", de Célio Turino (2009).

Os sites do Ministério da Cultura e da Lei Cultura Viva também foram consultados como referência documental, assim como a Constituição Federal de 1988, mais precisamente os artigos 215 e 216, referentes aos direitos culturais. Como também foi revisada a Lei 13.018, que institui a Política Nacional de Cultura Viva e a Lei 12.343 que institui o Plano Nacional de Cultura.

Para o referencial teórico foram utilizados autores da área de sociologia e antropologia, como também especialistas da área de políticas públicas, o intuito era utilizar a referência teórica de fato multidisciplinar. Foram pesquisados teóricos como Canclíni (1983), Leswell (1936), Quijano (2005), Laraia (1986), Labrea e Silva (2017) entre outros autores.

Com base na observação participante, pesquisa documental e entrevistas, fazendo um diálogo com o referencial teórico, que se fez a análise dos resultados coletados no trabalho de campo, pois com o referencial teórico houve uma base para se analisar se os dados coletados em campo respondiam a pergunta e os objetivos específicos.

Um dos quesitos levados em consideração é quem/o que financia essas atividades dos pontos de cultura, e graças a pesquisa de campo em que a pesquisadora foi direto na ponta da política implementada investigar de que forma as ações dos pontos de cultura estão sendo viabilizadas, já que elas tem ocorrido de forma cíclica e pontual, isso foi observado com o acompanhamento da agenda dos pontos de cultura durante o período de imersão.

Em relação as entrevistas, foram aplicadas seis entrevistas, duas em cada instituição. A primeira entrevista semiestruturada foi aplicada na SCDC, com o coordenador de Mobilidade Geral. Nesta primeira saída oficial a campo, os focos dessa primeira pesquisa foi no ambiente que circunda a SCDC e uma conversa menos aprofundada sobre a Política Pública em questão. Houve também conversas informais com outros agentes da SCDC.

Nos pontos de cultura foram feitas quatro entrevistas. No Invenção Brasileira, foram realizadas duas entrevistas com o presidente e agente de cultura do ponto de cultura, e na Casa do Cantador, foram aplicadas três entrevistas com dois servidores da Secretaria de Cultura do DF, a primeira com um dos gestores do ponto e as duas outras entrevistas com o diretor do ponto.

As entrevistas aplicadas nos pontos de cultura, seguindo a linha de roteiro, procuraram abordar mais sobre os aspectos estruturais do ponto e visão do ponto de cultura em relação a

Política Nacional de Cultura Viva e na segunda entrevista buscou focar no levantamento de respostas dos objetivos da pesquisa.

Sendo o objetivo geral, averiguar de que forma os instrumentos de gestão dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador têm contribuído para a preservação e valorização da cultura popular do Distrito Federal. Utilizando o quadro explicativo abaixo, foram elencados os objetivos específicos e quais instrumentos de coleta de dados que foram utilizados, para melhor visualização do método de pesquisa.

Quadro 1 – Instrumentos de coleta de dados por objetivos específicos da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
1 – Identificar quais os instrumentos de gestão e as ações realizadas pelos Pontos de Cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador.	Observação Entrevistas individuais semi-estruturadas
2 – Averiguar se os principais instrumentos de gestão utilizados pelos Pontos de Cultura em estudo têm sido eficazes para a realização das ações.	Observação Pontos de Cultura Entrevistas individuais semiestruturadas

3 – Investigar se os Pontos de Cultura em estudo tem garantido a preservação e a valorização da cultura popular.	<p>Pesquisa Documental por meio dos livros</p> <p>Ponto de cultura, o Brasil de baixo para cima. Célio Turino (2009);</p> <p>Cultura: um conceito antropológico. Roque Laraia (1986);</p> <p>O crisantemo e a espada. Ruth Benedith (1946);</p> <p>entre outros.</p> <p>Entrevistas individuais semiestruturadas</p>
4-Verificar qual a influência da Política Nacional Cultura Viva na implementação dessas ações culturais.	<p>Pesquisa bibliográfica - Políticas Culturais no Brasil - Antonio Albino Rubin e Alexandre Barbalho (2007)</p> <p>Notas sobre política cultural contemporânea - Tereza Ventura (2005)</p> <p>Entrevistas individuais semi-estruturadas</p>

Fonte: elaboração própria

Quadro 2 – Relação de entrevistados por função em suas instituições

Entrevistas

ESTREVISTADOS	FUNÇÃO
Entrevistado 1	Coordenador da Secretaria de Mobilização Geral da SDC

Entrevistado 2	Presidente do ponto de cultura Invenção Brasileira e agente cultural
Entrevistado 3	Diretor do ponto de cultura Casa do Contador e servidor da Secretaria de Cultura do DF
Entrevistado 4	Gestor cultural do ponto de cultura Casa do Contador e agente cultural

Fonte: elaboração própria

4 Diagnóstico da Política Pública

Esta seção apresenta o diagnóstico da pesquisa em que são avaliadas as categorias de análise, organizadas de acordo com a pergunta norteadora e os objetivos específicos, sendo a pergunta de pesquisa, averiguar de que forma os instrumentos de gestão e ações dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador contribuem para a preservação e valorização da Cultura Popular do Distrito Federal.

E os objetivos específicos são, identificar quais os instrumentos de gestão e ações realizadas pelos Pontos de Cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador; averiguar se os principais instrumentos de gestão utilizados pelos Pontos de Cultura em estudo têm sido eficazes para a realização das ações; investigar se os Pontos de Cultura em estudo tem garantido a preservação e a valorização da cultura popular; e qual a influência da Política Nacional de Cultura Viva na implementação dessas ações culturais.

Para responder essas perguntas a seção será dividida em duas subseções: na primeira será apresentada de forma breve a Política Nacional de Cultura Viva e como foi o processo de construção da política pública e os instrumentos de gestão utilizados pela instituição.

Na segunda subseção será abordada a principal ação da PNCV, os pontos de cultura, com enfoque nos pontões de cultura indicados pelo MinC como pontos modelo, abordando os instrumentos de gestão e ações implementadas.

Após a análise dos instrumentos de gestão e ações dos pontões de cultura será verificado se esses instrumentos têm sido eficazes para a realização das ações e se estão alinhadas com a preservação e valorização da cultura popular no DF, fazendo um paralelo com o referencial teórico. E, por fim, observar qual a influência da Política Nacional de Cultura Viva na implementação dessas ações culturais, verificada na coleta de dados, através das entrevistas realizadas.

4.1 A implementação da Política Nacional de Cultura Viva

A Política Nacional de Cultura Viva foi criada em 2004 como o Programa Cultura Viva, por meio de duas portarias, a portaria nº 156, de 06 de julho de 2004 e a portaria nº 82, de 18 de maio de 2005.

E no dia 22 de julho de 2014, através da Lei 13.018/2004, o Programa Cultura Viva seria aprovado, e em tese regulamentado, e instituído como a Política Nacional de Cultura Viva, aprovando novos instrumentos de gestão que possui o intuito de simplificar e desburocratizar os processos de prestação de contas e o repasse de recursos públicos para as organizações da sociedade civil.

Sendo o objetivo da Política Nacional de Cultura Viva de garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, a partir da visibilidade e valorização da diversidade cultural brasileira.

A criação da política se deu sob um viés antropológico que segundo Célio Turino (2009) afirma que "a aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os pontos de cultura tem o objetivo de estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e sociedade".(TURINO, 2009,p. 63).

Sendo assim, um dos novos instrumentos de gestão utilizados para a implementação da política é o TCC (Termo de Compromisso Cultural), substituindo os convênios que eram os meios de repasse de recursos as entidades culturais, prestados com base na Lei de Licitações instituída através da Lei 8.666.

E que conforme o relatado pelo entrevistado 1, "esses marcos legais se tornam difíceis de operacionalizar pois não embarcam as complexidades que envolvem a implementação de uma política pública de base comunitária’.

Segundo o Ministério da Cultura (2018), o antigo modelo de repasse era inadequado para a realidade da cultura no Brasil. Depois de avaliarem a política e perceberem a necessidade de uma redefinição de seus instrumentos de gestão, a PNCV, definiu novos instrumentos de gestão sendo eles, o TCC, já citado e a regulamentação dos prêmios e bolsas, que são outras políticas de incentivo a cultura, viabilizadas por meio de um edital de chamada pública lançados pela SCDC, atualmente chamada por SDC.

Para isso, a PNCV em conformidade com o Plano Nacional de Cultura, se utiliza de outro instrumento de gestão para mapear esses pontos de cultura e garantir o diálogo da sociedade com o Estado. Um desses recursos de mapeamento é o Cadastro Nacional dos Pontos e Pontões de cultura, que é um instrumento de mapeamento, reconhecimento e certificação simplificada feita através da plataforma Rede de Cultura Viva.

Um outro instrumento de gestão que permite a comunicação dos pontos e pontões de cultura com o Estado, funcionando como um instrumento socioestatal, é a presença e organização da TEIA, que é a rede de comunicação nacional dos pontos de cultura, em que eles se reúnem e debatem sobre os progressos e desafios que são enfrentados durante a gestão, e dão esse feedback para o Estado.

As novas reformas de 2014 e os novos instrumentos de gestão, como a autodeclaração através do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, que garante o selo de reconhecimento do Estado que é uma ferramenta importante pois esse reconhecimento garante uma chancela institucional para a obtenção de apoios públicos e parcerias, colocando-o na rede de pontos de cultura permitindo comunicação entre si.

Sobre os prêmios e bolsas para mestres e mestras de cultura, o entrevistado 1 conta que o MinC se utilizou de um instrumento de gestão sendo o edital de chamada pública em que recentemente foi lançado, com uma premiação de 20.000 reais, esse valor é um prêmio, portanto os mestres e mestras não precisariam prestar contas ao TCU dos recursos recebidos.

4.2 Os pontos e pontões de cultura e suas ações

Os pontos e pontões de cultura são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem atividades culturais em suas comunidades. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013).

Os pontões de Cultura, possuem um diferencial, pois são entidades de finalidade cultural e/ou educativa que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais restabelecendo o papel de mediador das redes culturais regionais, temáticas e identitárias de

pontos de cultura e grupos culturais diversos que poderão se agrupar em nível estadual, regional ou por áreas temáticas, visando à capacitação, e mapeamento de ações conjuntas.

Em 10 anos do PNCV foi fomentado cerca de 4.573 pontos de cultura em todo o Brasil, presentes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de cerca de mil municípios, promovendo os mais diversos segmentos da cultura. Até 2020, conforme a meta 23 do Plano Nacional de Cultura, a SCDC pretende fomentar mais 10.500 pontos de cultura para atingir a meta de 15 mil pontos em funcionamento. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013)

Porém os dados sobre a quantidade de pontos de cultura em funcionamento no Brasil ainda é um número incerto, porque esses números estão em constante mudança, na primeira busca online na plataforma da Lei Cultura Viva, havia um número de 4.573 de pontos de cultura fomentados, atualmente essa plataforma informa que foram fomentados 3.500 pontos de cultura em todo o país.

Ao questionar o coordenador da Secretaria de Mobilização Geral em relação a quantidade de pontos no DF, ele informou que o site está em manutenção, no entanto, verificaria se havia algum documento para fornecer que conste-se a quantidade de pontos e pontos de cultura em funcionamento, mas não houve o recebimento do material.

Foi realizada uma pesquisa de rastreamento dos pontos de cultura do DF que estavam registrados no site na pesquisa online realizada em março de 2018, em que por meio de ligações telefônicas e contatos via *e-mail*, no total de seis tentativas em diferentes pontos de cultura, o contato só foi estabelecido com apenas três dessas entidades culturais.

O entrevistado 1 confirmou que a PNCV estava sofrendo impactos em sua gestão, como afirma:

a política não está acabando como muitas pessoas acreditam, principalmente as que concordam com o viés ideológico da antiga gestão. O que, na verdade que se passa com a política é um enfraquecimento de suas viabilidades. Como ressalta que dos 26 estados que tinham vínculo com a Lei Cultura Viva, apenas 17 ainda mantém esse vínculo. Isso se deve ao fato da falta de interesse dos estados de operacionalizar a política, alegando que é muito complicada sua operacionalização, mas que há na verdade uma falta de disposição para se dialogar com a sociedade civil. (ENTREVISTADO 1, 2018)

Desta forma, no intuito de avaliar a principal ação da Lei Cultura Viva sendo o reconhecimento dos pontos e pontões de cultura, uma das preocupações da pesquisa é mostrar a perspectiva dos pontos de cultura em relação a implementação da PNCV.

Com base nas observações coletadas em campo, e possuindo o objetivo geral de averiguar de que forma que os instrumentos de gestão dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador contribui para a preservação e valorização da Cultura Popular no Distrito Federal.

Para responder ao objetivo geral foi necessário verificar quais são os instrumentos de gestão e as ações produzidas pelos pontões de cultura, em conformidade com os objetivos específicos, serão abordados os pontos de cultura separadamente para melhor compreensão. Os pontos de cultura possuem realidades diferentes, utilizando instrumentos de gestão distintos e ações distintas, porém para uma mesma finalidade.

4.2.1 Pontão de Cultura Invenção Brasileira

O pontão de cultura Invenção Brasileira está localizado em Taguatinga Sul, em uma região conhecida por Mercado Sul. A colaboração do ponto de cultura com a preservação e valorização da cultura popular começou quando houve o resgate da cultura em uma região considerada uma área marcada pela violência, mas com a iniciativa do Mestre Dico, um mestre Luttier residente do mercado sul que convidou Chico Simões, mestre mamulengueiro, para construir o Ponto de Cultura.

A partir desse momento, a transformação começou, o ponto cultural virou uma resistência no local em que tinha um alto índice de violência, e além de ser conhecido por esta situação, passou a ser conhecido como uma região cultural, o Mercado Sul, e que incorpora gradativamente mais parcerias.

Hoje o Mercado Sul é uma região de referência em cultura popular no DF, e o ponto de cultura Invenção Brasileira foi um dos indicados como Ponto de Cultura modelo pelo coordenador de Mobilidade Geral da SCDC. E de forma orgânica, o Mercado Sul é um dos ambientes com maior diversidade cultural do DF.

O pontão de cultura possui visões de mundo marcadas por características como a valorização do ser humano, o reconhecimento e viabilização da necessidade de uma ação direta na cultura recebendo apoio ou não governamental. Sendo um espaço de resistência,

exemplificando a luta dos artistas e diversos segmentos da sociedade civil para fazer a cultura e ter programação cultural gratuita para a população, reconhecendo de fato, a cultura como um direito de todos.

Em resposta aos objetivos de pesquisa, segundo o diretor e agente cultural do ponto de cultura Invenção Brasileira, o ponto tem contribuído para a preservação e valorização da cultura popular na forma de ações gratuitas voltadas para a sociedade. A principal ação do ponto de cultura Invenção Brasileira é viabilizada por meio de chamadas públicas nas mídias sociais, em que o ponto fornece à sociedade atividades cíclicas e pontuais como aulas de capoeira, aulas de alongamento, aulas de teatro e circo, aulas de *yoga*, aulas de produção de áudio visual, programa de rádio.

O ponto de cultura Invenção Brasileira também é um dos principais fortalecedores do movimento cultural que acontece no Mercado Sul, lugar onde são sediados diversos eventos culturais, como a Ecofeira, evento cultural que reúne artistas, artesões e sociedade civil para o prestígio da cultura popular.

O ponto de cultura é o principal intermediador das atividades no cenário, há a disponibilidade do espaço de forma gratuita para um giro de economia colaborativa com a exposição de produtos artesanais sem a necessidade de marcação prévia, no beco do Mercado Sul, e há também o agendamento de apresentações artísticas de diversos segmentos da cultura, usando dentro desta última ação o uso de uma agenda para uma listagem formal das apresentações e também há um espaço que é organizado através de uma lista.

O ponto de cultura Invenção Brasileira também organiza rodas de conversa sobre pautas pertinentes a sociedade civil e aos agentes culturais. Essas rodas de conversa são públicas e mediadas através de uma convocatória publica do evento, para participação dessas rodas de conversa, sendo divulgadas com mais frequência nas mídias sociais e por via oral.

Essas atividades são mantidas principalmente pela doação do trabalho das pessoas envolvidas. Pontualmente, conseguindo ter acesso a algum edital de captação de recursos, como o FAC ou a MROSK, para manter pontualmente algumas atividades. “Porém, atualmente funciona com ampla colaboração local e que consegue gerar renda a partir do espaço e da estrutura, conseguindo reverter uma parte desses recursos para o próprio ponto de cultura e assim se manter” (ENTREVISTADO 2, 2018).

Segundo o agente cultural e presidente do ponto de cultura, a Lei Cultura Viva estabeleceu um convênio com a Invenção Brasileira durante o ano de 2005 a 2007, o convênio

durou 2 anos, e era instituído através da Lei 8.666. Depois de 2007, o convênio não foi mais renovado. Sobre este fato, o coordenador de Mobilidade Geral (SCDC/MINC,2018) havia dito que muitos convênios estavam parados desde 2007, o ponto de cultura Invenção Brasileira é um deles.

Percebe-se que ambos os entrevistados 1 e o entrevistado 2, respectivamente, um da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e o outro do ponto de cultura, afirmam que faltam meios que viabilizem a efetivação da lei. Para o entrevistado 2, ela não está regulamentada, apenas foi aprovada, esse é um dos desafios atuais, como viabilizar essa lei.

É importante relatar que mesmo sem a renovação do convênio entre Minc e o ponto de cultura Invenção Brasileira, o ponto continuou fazendo o seu trabalho de pontão de cultura, e continuou provendo a cultura de forma gratuita e com ações pontuais. Respondendo assim se as ações são eficazes para a preservação e valorização da cultura popular do DF, pois mesmo sem receber o incentivo através da Política Nacional de Cultura Viva, em que é uma política de Estado, e que legalmente deveria estar em vigor.

Para o entrevistado 2 (2018), a cultura popular é " conjunto de símbolos e signos que formam manifestações artísticas e culturais. Na verdade, são Culturas Populares, porque elas são manifestações muito diversas". Com a observação de campo, foi possível constatar a diversidade e complexidade de cada manifestação cultural dos pontos de cultura.

No contexto de preservação e valorização da cultura popular, o entrevistado 2 explicita que:

entende-se que a valorização se dá a partir principalmente do trabalho com mestre e mestras da cultura popular, aprendizes da cultura, a partir de uma forma que não haja o choque geracional. No sentido de dar condições para esses mestres e mestras de manterem seu trabalho de forma viva. O grande desafio que se tem nas culturas populares é que os mestres e mestras muitas vezes eles têm que trabalhar na construção civil, no canavial, tem que trabalhar numa série de coisas para se sustentarem. Porque também é muito novo o que temos de culturas populares, ainda não se paga o que deveria pagar para a produção dos espetáculos e produções artísticas. (ENTREVISTADO 2, 2018)

Ainda em relação a preservação da cultura popular o entrevistado 2 aborda dois pontos que são considerados um desafio para que essa ação se concretize. Os enfoques desses desafios são:

o avanço do fundamentalismo no Brasil, tem impactado diretamente nas culturas populares, no momento em que se passa, a muitas Igrejas e os conservadores a atacar, ou demonizar esse tipo de manifestação, em que se converte um filho de um mestre acaba-se matando a tradição, pois a tradição é carregada de pai para filho né? É trabalhada de irmão para irmão, é trabalhada de dentro da comunidade, se a comunidade se converte nós matamos um brinquedo* que tem 200 anos por exemplo. Um outro ponto importante, é quando não subsídio para essa manifestação, quando não há um reconhecimento claro, quando não há políticas e principalmente melhorias da vida dessas pessoas para que elas tenham condição de viver daquilo elas gostam, do que elas constrói, a gente coloca elas em total situação de abandono e de vulnerabilidade social (ENTREVISTADO 2, 2018)

Quando se fala em uma preservação e valorização de uma cultura popular, fala-se de investimento em questões básicas como melhoria das práticas econômicas, para que os mestres e mestras e agente culturais vivam melhor. Pois segundo o entrevistado 2, se elas viverem melhor, se elas tiverem condições de se alimentar, de ter lugar para morar, elas vão continuar a fazer o brinquedo³ dela, e assim preservando a cultura popular brasileira.

Dentro dessas perspectivas, as ações implementadas pelo ponto de cultura Invenção Brasileira causa uma melhoria do bem-estar social, pelo fato do ponto ter como foco a própria sociedade. Os projetos e serviços são planejados, construídos em conjunto com a comunidade local e oferecidos de forma gratuita. O que acaba resultando em um alcance de um público bastante diversificado, desde crianças a pessoas idosas, de várias regiões do DF.

No entanto, em relação a atuação do MinC quanto à preservação e valorização da cultura popular, para o entrevistado 2, há uma mudança de planos de ações em relação a atuação do MinC, principalmente com a mudança de governo de 2016. Ele complementa:

Uma das primeiras medidas que aconteceu foi extinguir o Ministério da Cultura, foi um processo de luta, dizem que voltou o Ministério da Cultura, mas continua ineficiente, hoje é uma empresa terceirizada que está tentando organizar a prestação de contas atrasadas, todos os processos que estão parados do Ministério da Cultura, do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, que são milhares de projetos parados, já estavam parados antes de 2016, mas agora é uma empresa terceirizada que faz isso, mas o problema continua aí. A quantidade de políticas públicas voltadas para a cultura diminuiu

3 Brinquedo: tipo de manifestação cultural, seja musical, artesanal, teatralidades etc.

drasticamente, para quase 0. Então isso tem um impacto muito importante nos ciclos econômicos de como os recursos conseguem chegar até as pontas, então realmente, houve uma mudança do plano de ação. (ENTREVISTADO 2, 2018)

Uma fala extremamente importante do entrevistado 2 em relação à cultura, é que "a cultura vem do cultivo." Então, quando uma cultura é transmitida estamos enviando aquela pessoa um conjunto de sinais que envolvem todo um estilo de vida, que gira em torno da comunhão, menos consumista, mais socialmente e ambientalmente sustentável. Ou seja, uma cultura de valorização do trabalho humano, da arte e do artesanato, da música, do alimento orgânico produzido pelo pequeno agricultor etc. "Uma cultura que busca resgatar as raízes, quebrar muitas vezes a lógica do capital, oferecendo aquelas pessoas alternativas de modo de pensar e viver a vida" (ENTREVISTADO 2, 2018).

4.2.2 Pontão de Cultura Casa do Cantador

O pontão de Cultura Casa do Cantador, localizado em Ceilândia Sul, é segundo o entrevistado 3, um excelente lugar pela enorme diversidade cultural que tem em Ceilândia. Um espaço que possui uma cena cultural diversificada, voltada para uma cultura urbana. Anteriormente esse ponto de cultura se localizava na Asa Sul, mas foi fechado e reaberto posteriormente em Ceilândia Sul.

Tendo em vista o contexto histórico da região, inicialmente com a chegada de muitos migrantes de diversas regiões do país, muitos deles oriundos da região Nordeste, que procuravam por novas oportunidades de vida. A população advinda trouxe toda a riqueza de sua cultura, costumes, musicalidades, vestimentas, festas etc. E por este motivo, por muito tempo a antiga gestão do ponto de cultura Casa do Cantador priorizou apenas manifestações culturais de repente e forro, deixando de dar visibilidade as outras manifestações culturais crescentes em Ceilândia e no DF.

A ausência de uma visão de que a cultura popular é, na verdade, culturas populares, na antiga gestão do ponto de cultura, deixaram de dar visibilidade as expressões culturais significativas no DF, uma delas é o RAP, sendo Ceilândia uma das cidades referencia nesse ramo cultural.

Porém, isso foi mudado com a atual gestão que acolhe a diversidade cultural produzida pela região de Ceilândia e DF, que segundo o entrevistado, a região possui uma cena cultural voltada para uma cultura urbana.

Respondendo aos objetivos da pesquisa, o ponto de cultura Casa do Cantador contribui com a cultura copular, possuindo o instrumento de gestão que é uma inscrição aberta a sociedade, uma agenda em que é feita a organização das demandas dos artistas e grupos da sociedade que solicitam o uso do espaço e uso dos equipamentos que são cedidos pelo Ponto de Cultura.

Segundo o entrevistado 4, a preservação e valorização da cultura popular se dá pela via em que para o ponto, "cabe a nos do pontão de cultura manter essa forma de generalizar a cultura facilitando, dando acesso para quem faz essa cultura, ter visibilidade para que ela não possa ser engolida por mutismo." (ENTREVISTADO 4, 2018)

Na perspectiva de dar visibilidade aos atores culturais, dentro dessa categoria encontra-se grupos de diversas manifestações culturais, professores e educadores culturais, artistas independentes. O ponto de cultura Casa do Cantador busca realizar a preservação e valorização da cultura popular abrindo as portas para sociedade, as principais demandas da região vão desde segmentos do RAP, o Funk, forró, repente, música eletrônica, entre outras manifestações culturais, menos frequentes.

Além de realização de eventos de entretenimento, organizados através da construção de uma agenda de inscrição. O ponto de cultura também disponibiliza o espaço para sediar oficinas, uma delas é aulas de orquestra/música erudita aos sábados, gratuita para a sociedade. A oficina é financiada pelo FAC, atendendo cerca de 200 alunos. Uma outra oficina é a de capoeira as terças e quintas, também sendo oferecida de forma gratuita. Segundo o diretor do ponto, só no ano de 2017, foi organizado mais de 100 eventos no espaço, com o incentivo de parcerias com o MinC e sociedade civil. O conceito de valorizar se traduz nessa viabilização de que os projetos culturais aconteçam.

As ações do ponto de cultura Casa do Cantador são financiadas por recursos de responsabilidade da Secretaria de Cultura do GDF, e os gestores são servidores da Secretaria de Cultura e técnicos administrativos. Essa é a principal forma de financiamento da casa, e também através de Leis de incentivo como o FAC e a LCV, para captação de renda.

O diretor afirma que o selo de Ponto de Cultura é mais um título simbólico, pois o selo da Lei Cultura Viva foi adquirido há um ano, sendo que o ponto de cultura já era um ponto de cultura no quesito de funcionalidade, ou seja, o Casa do Cantador já exercia o seu papel social como um espaço cultural colaborativo.

No entanto, o entrevistado 4, enfatiza a importância da Lei Cultura Viva, pois para ele é um marco nas diretrizes de políticas públicas para a cultura. Mas que segundo o diretor, não trouxe um impacto para o ponto de cultura Casa do Cantador, porque ainda não foram beneficiados com essa Lei.

E acrescenta que o recurso fará falta pois com a disponibilidade da capitação, traria uma opção de ter uma equipe de gestão do ponto de cultura, automaticamente teria recurso para proporcionar mais oficinas, curso de capacitação e compras de equipamentos para servir melhor a comunidade e os outros pontos de cultura. Mas esse recurso não foi liberado até o momento.

O pontão de cultura Casa do Cantador sofreu um impacto significativo da mudança de gestão do Ministério da Cultura, pois para o diretor a mudança consistiu na inviabilização das políticas culturais, concordando com os entrevistados 1 e 2, para o entrevistado 4 isso ocorre "porque simplesmente bloquearam o recurso de vez, e nós não tivemos acesso ao recurso. Então a Casa do Cantador foi enunciada como Pontão de Cultura, mas sem nenhum aporte do Ministério da Cultura e nós estamos trabalhando como Pontão."

A presença nas três instituições de que há uma inviabilização dos meios da política. O que foi citado tanto pelo coordenador de Mobilidade Geral da SCDC, como também foi citado pelo presidente e agente cultural do ponto de cultura Invenção Brasileira, e por fim, confirmado pelo diretor do ponto de cultura Casa do Cantador.

O entrevistado 3 completa que "o ponto é o povo quem faz". Foi com essa ideologia que a gestão busca a viabilização de suas ações com um viés sustentado na identificação da comunidade com a Casa do Cantador, tornando o espaço de fato a serviço da comunidade.

Em relação a divulgação e aceitação do público do ponto de cultura Casa do Cantador, o gestor afirma que a demanda das atividades pela sociedade civil é bastante significativa. A sociedade está constantemente buscando o ponto de cultura para se inscrever na agenda para utilização do espaço e para informar em relação às futuras atividades que acontecem no ponto, mostrando sua relevância na formação, fruição e produção cultural da sociedade.

5 Considerações Finais

O presente relatório buscou analisar a valorização da cultura popular no DF por meio dos Pontos de Cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador. Buscando verificar de qual a influência da PNCV na implementação das ações.

A Lei Cultura Viva, como é geralmente conhecida, foi instituída como Política Nacional de Cultura Viva através da Lei 13.018. A política foi construída sob um viés sociológico e antropológico, que segundo Turino (2007) "a aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os pontos de cultura tem o objetivo de estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e sociedade". Sendo assim, o objetivo da Política Nacional de Cultura Viva é garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, a partir da visibilidade e valorização da diversidade cultural brasileira. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018). Esta pesquisa teve como objetivo geral averiguar de que forma os instrumentos de gestão e ações dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador tem contribuído para a preservação e valorização da cultura popular do Distrito Federal.

Os métodos e técnicas de pesquisa utilizados na análise da política auxiliaram para atingir os objetivos da pesquisa, registrando os resultados no diagnostico de pesquisa. Fazendo um resgate dos resultados, que consiste em responder os seguintes objetivos específicos: identificar quais os instrumentos de gestão e ações realizadas pelos Pontos de Cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador; averiguar se os principais instrumentos de gestão utilizados pelos Pontos de Cultura em estudo têm sido eficazes para a realização das ações; investigar se os Pontos de Cultura em estudo tem garantido a preservação e a valorização da cultura popular; e qual a influência da Política Nacional de Cultura Viva na implementação dessas ações culturais.

Os principais instrumentos de gestão utilizados pelos pontos de cultura são as chamadas públicas, para a participação em aulas de diversos segmentos culturais, as convocatórias, para rodas de conversa, e agendamentos previsto por inscrição em uma agenda, para utilização do espaço e apresentações artísticas.

As principais ações dos pontos de cultura Invenção Brasileira e Casa do Cantador consiste em atividades cíclicas e pontuais gratuitas, possuindo atividades, respectivamente,

como aulas de capoeira, aulas de alongamento, aulas de teatro e, circo, aulas de *yoga*, aulas de produção de audiovisual, programa de rádio. E no ponto de cultura Casa do Cantador, ações como aulas de orquestra/musica erudita, gratuita para a sociedade, atendendo cerca de 200 alunos, oficina de capoeira. Segundo o diretor do ponto, só no ano de 2017, foi organizado mais de cem eventos no espaço.

Essas atividades são realizadas sem o apoio da Política Nacional de Cultura Viva, conforme os entrevistados 2 e 4, respectivamente, presidente do ponto de cultura Invenção Brasileira, que revela que o ponto de cultura obteve a parceria e recebimento do convênio durante os anos de 2005 a 2007. E o diretor do ponto de cultura Casa do Cantador revela que recebeu nenhum incentivo da PNCV, apenas o reconhecimento do selo de ponto de cultura.

Em relação a essas observações, o entrevistador 1, coordenador da Secretaria de Mobilidade Geral da SCDC, confirma que muitos convênios entre a Lei Cultura Viva e os pontos de cultura, estavam parados desde 2007. E que a política estava tendo os seus meios inviabilizados de aplicação da Lei, o que justifica o fato da parceria com o ponto de cultura Casa do Cantador não ter se concretizado por meios de repasses de algum tipo de recursos financeiros.

Com base nesses resultados pode-se verificar que os instrumentos de gestão utilizados pelos pontos de cultura são eficazes na realização das atividades, pois mesmo sem o amparo da Política Nacional de Cultura Viva, os pontos e pontões de cultura seguem realizando o trabalho cultural de base, exercendo a função social e cultural de prover o acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, a partir da visibilidade e valorização da diversidade cultural brasileira, a nível regional.

No entanto, há um paradoxo sendo construído que, por mais que os direitos culturais estejam garantidos na Constituição de 1988 e que por mais que o Programa Cultura Viva tenha se tornado uma Política Nacional de Cultura Viva, uma Lei de Estado, que em tese não poderia ser descontinuada, mas não é o que está acontecendo.

O processo de institucionalização das políticas culturais construídas sob um viés de base comunitária, numa perspectiva *bottom-up*, construída através das demandas da sociedade civil é algo gradativo e de longo prazo. E como evidencia Tereza Ventura (2005) "As políticas

culturais voltadas para a preservação cultural das minorias não alcançaram estabilidade institucional e enfrentam a desregulação crescente".

Nesses 14 anos do Programa Cultura Viva/PNCV, o cenário político tem mudado bastante, principalmente após o período de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Houve então, um dismantelamento da Lei, um não-cumprimento da política de Estado, portanto, uma sonegação por parte do Estado atual de prover a cultura de base para a sociedade, regredindo no quesito dos direitos culturais e acesso a cultura.

O Estado portanto tem repassado o cumprimento dessa responsabilidade para os pontos de cultura e sociedade civil, que o fazem, porque antes mesmo de se instituir a Lei Cultura Viva, os pontos de cultura já eram pontos de cultura.

Em nível nacional, esses serviços poderiam ser ampliados se a PNCV não estivesse tendo seus meios inviabilizados. O que se acentuou com a mudança de governo de 2016. Essa informação pode ser encontrada em todas as instituições de análise, tanto na Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural como nos pontos de cultura.

Sendo assim, é preciso lembrar as tristes tradições citadas por Rubin (2007), que são um entrave na implementação e no alcance de uma estabilidade institucional de políticas públicas culturais de base no Brasil, uma vez que desde a criação das primeiras políticas voltadas para cultura tem havido um caráter marcado por medidas tardias, autoritárias, descontinuidade, paradoxos, desatenção, impasses e desafios.

Atualmente, ainda é possível perceber que essas tristes tradições mencionadas ainda interferem nas políticas, não só culturais, mas também nas políticas ambientais, sociais, educacionais, de saúde, agrárias e econômicas. Em que mais uma vez tem havido a manutenção de uma cultura hegemônica e dominante que visa sempre os privilégios de uma elite em detrimento da exclusão da maioria da população do acesso a serviços públicos (QUIJANO, 2005).

E que infelizmente a cultura do povo e para o povo é podada, pois é uma arma contra essa lógica cultural hegemônica globalizada. Mas historicamente há bastante resistência do povo para mantê-la e muita luta para uma representação institucional de preservação e valorização da Cultura Popular. Mas que antes ela se dá pela via cultural e educacional entrelaçadas.

Tendo em vista que apenas o reconhecimento dos pontos de cultura pela Política Nacional de Cultura Viva já causa um impacto positivo para os pontos de cultura, uma vez que o selo fornecido pelo MinC representa a institucionalização dos pontos de cultura, os pontos estudados usufruem dessa institucionalização por meio plataforma do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura "que pode ser importante para a obtenção de apoios e parcerias, e permite que a entidade ou coletivo se articule com os outros pontos e pontões da rede, a partir de afinidades temáticas ou do pertencimento a um território." (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018)

As pressões já são exercidas pela Rede de Pontos de Cultura, pela efetivação dos direitos culturais e pela regulamentação e execução de políticas culturais, entre eles a PNCV. É imprescindível que as pressões continuem e que possam alcançar cada vez mais investimentos para a cultura, principalmente com ações de base comunitária.

O trabalho autônomo dos pontos de cultura tem sido eficazes, mesmo com os recursos escassos para essas entidades culturais. Os agentes culturais em conjunto com a sociedade civil se organizam para manter a cultura popular viva, de fato, preservando e valorizando a cultura popular no DF. Porém, se forem disponibilizados mais recursos pelo MinC, seria possível implementar mais ações, alcançando uma maior diversidade de manifestações culturais e de acesso ao público, proporcionando uma melhoria de bem-estar social e mais valorização da cultura popular.

6 Referências

BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo, Perspectiva. 1972.

BRASIL. Instrução Normativa Nº08, de 11 de maio de 2016. Altera a Instrução Normativa nº01, de 7 de abril de 2015, para dispor sobre procedimentos relativos à Lei nº13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva. Diário Oficial da União, Brasília - DF, p.31, Nº90, 12 de maio de 2016, seção I.

BRASIL. Lei 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências, Brasília,DF, julho 2017.

BRASIL. Portaria nº 253, de 13 de agosto de 2018. Estabelece procedimentos para a execução dos projetos culturais aprovados no âmbito do Programa de Incentivo Fiscal do Distrito Federal. Brasília,DF, agosto 2017

BRASIL. Lei Complementar nº 934, de 7 de dezembro de 2017. Institui a Lei Orgânica da Cultura dispondo sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal. Brasília, DF, dezembro 2017.

BRASIL. Lei 13019, de 31 de julho de 2014. Define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil. Brasília, DF. julho 2014.

BRASIL. Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004. Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA . Brasília, DF. julho de 2004.

BRASIL. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF. dezembro 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do (1988). Emenda Constitucional nº96, de 06 de junho de 2017. Artigo 215 e 216.

- BREWER, Gary. The policy sciences emerge. The rand corporation, California. 1974.
- BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANCLINI, Néstor Garcia. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CULAU, Ariosto A. Planejamento e orçamento como instrumentos de gestão. São Paulo: Fundap, 2004. Disponível em: . Acesso em: 23 jan. 2013.
- HOWLETT, Michael. Ramesh, M. Políticas Públicas e seus ciclos e subsistemas. Campus, 3ª edição. 2013.
- GEERTZ, Clifford. A transição para a humanidade, in Sol Tax (org), Panorama da antropologia. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura. 1996.
- KROEBER, Alfred L. “O superorgânico”. Em A Natureza da Cultura. Lisboa: Edições 70. 1993.
- KLEBA, COMERLATTO e FROZZA, Maria Elisabeth, Dunia e Kenia Munaretti. Instrumentos e mecanismo de gestão: Contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. Rio de Janeiro. Rev. Adm. Pública. 2015.
- LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1986.
- LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- LEJANO, Raul P. Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto. Campinas: Editora Arte Escrita, 2012.
- LOPES, Brenner . Políticas publicas: conceitos e práticas. Sebrae. Serie Politicas publicas, volume 7. Belo Horizonte. 2008.
- MINISTERIO DA CULTURA. Cidadania e Diversidade. Disponível e: <<http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade>>. Acessado 14/11/2018.
- MINISTERIO DA CULTURA. Cultura Viva. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>. Acessado 14/11/2018.

MINISTERIO DA CULTURA. Ponto de Cultura Apresentação. Disponível em:
<<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>>. Acessado 14/11/2018.

MINISTERIO DA CULTURA. Sobre a Lei Cultura Viva. Disponível em:
<<http://culturaviva.gov.br/sobre-a-lei-cultura-viva/>>. Acessado 14/11/2018.

MINISTERIO DA CULTURA. Cultura Viva: saiba mais. Disponível em:
<<http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/>>. Acessado 14/11/2018.

OLIVEN, Ruben George. A antropologia e a Cultura Brasileira, ANPOCS. 1942.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad, en Perú Indígena, vol. 13, no. 29, Lima, 1992.

RUBIM, Antonio; BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Salvador. EDUFBA. II.Série, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, nº16. Ponto Alegre. 2006.

SILVA, Frederico Barbosa da; LABREA, Valéria. As múltiplas redes do programa cultura viva. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. Revista Rio de Janeiro, n. 15, 2005.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima. São Paulo. Anita Garibaldi. 1ª edição, 2009.